

# Relatos de uma *outsider*: uma análise sobre o cotidiano de radialistas não-evanpélicos e pastores em duas emissoras da Igreja Universal do Reino de Deus <sup>1</sup>

**Silvia Garcia Nogueira**

Silvia Garcia Nogueira é professora do curso de Relações Internacionais da UEPB, mestre e doutora em Antropologia pelo Museu Nacional/UFRJ. É membro do Comitê Paraibano de Educação em Direitos Humanos (CPEDH), no qual coordena o GT Educação e Mídia.

## **Resumo**

A partir de uma perspectiva interacionista e de uma abordagem etnográfica, este artigo busca descrever, analisar e discutir antropologicamente o modo como se desenrolam as atividades radiofônicas em duas emissoras religiosas, bem como as interações sociais que nelas se desenvolvem. A análise da dinâmica social cotidiana ali encontrada aponta para uma percepção de que aquelas rádios não são apenas um local de trabalho; antes, as relações estabelecidas entre os funcionários das rádios membros da Igreja e os profissionais não evangélicos o transformam em um universo social marcado por regras, valores, expectativas e comportamentos resultantes de referenciais tanto profissionais quanto religiosos.

**Palavras-chave:** Radio e religião; IURD; Antropologia dos meios de comunicação.

## **Abstract**

*From an interactionist perspective and from an ethnographic approach, this paper seeks to anthropologically describe, analyze, and discuss how two religious radio stations develop their activities as well as social interactions within their scope. The analysis of the everyday life dynamics points to a perception that they are more than a work place – the relations established between the employees affiliated to the church and those who are not make the social universe of those radios a place marked by rules, values, expectations, and behaviors which come from professional and religious references.*

**Keywords:** Radio and religion; IURD; Mass media anthropology.

*Ante e perante, à distância, em roda,  
mulheres se ajoelhavam, e homens  
que pulando gritavam, sebestos,  
diabruros, aos miasmas, indivíduos.  
De cara no chão se prostavam,  
pedindo algo e nada, precisados de paz.*

João Guimarães Rosa – Nada e a nossa condição

## 19

Ilhéus, no sul da Bahia, é um município que possui cerca de 250 mil habitantes e cinco emissoras de rádio. Entre elas, duas pertencem à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), sendo uma AM e outra FM, localizadas no mesmo prédio. Conheci-as quando estava fazendo pesquisa sobre os meios de comunicação locais, em especial as rádios, para minha tese de doutorado em Antropologia no Museu Nacional/UFRJ (NOGUEIRA, 2005), entre 2000 e 2002.

De todas as emissoras investigadas, as da IURD foram as de mais difícil acesso. Em 2000, no começo do meu trabalho de campo, depois de ter ido às outras três emissoras de Ilhéus, parti para as rádios Cultura e FM Cidade. Tal dificuldade e a dinâmica social cotidiana ali encontrada apontavam, desde o início, para uma singularidade: aquele não era apenas um local de trabalho: antes, as relações estabelecidas entre os funcionários das rádios membros da Igreja e os profissionais não evangélicos o transformavam em um universo social marcado por regras, valores, expectativas e comportamentos resultantes de referenciais tanto profissionais quanto religiosos.

A partir dessa percepção, este artigo busca descrever, analisar e discutir etnograficamente o modo como se desenrolam as atividades radiofônicas em duas emissoras religiosas, bem como as interações sociais que nelas se desenvolvem. Ao se adotar uma perspectiva interacionista – inspirada por Goffman (1975) – para a coleta e a análise dos dados obtidos durante a pesquisa de campo, o foco recai justamente nas relações entre pessoas. Sendo assim, como é de praxe na investigação antropológica, neste trabalho são descritos e analisados tanto o que foi observado pela analista quanto os acontecimentos que a envolveram dentro daquele universo. O objetivo é, portanto, não somente a construção de uma interpretação parcial sobre o objeto estudado (duas emissoras de Ilhéus), espera-se estimular ainda reflexões mais amplas aplicadas a outros contextos sociais semelhantes.

### **As dificuldades de entrada no campo: visita, amiga ou pesquisadora?**

Em três emissoras pesquisadas em Ilhéus, em nenhum momento foi solicitado qualquer documento oficial de comprovação sobre minha identidade e intenções. Quando segui para o primeiro contato com as rádios religiosas, ao contrário das experiências anteriores, demorei muito para conseguir entrar nas emissoras locais da IURD. Longe de constituir um lamento pessoal, a experiência de “entrada” (início do contato para a realização da pesquisa) me pareceu ser significativa da dinâmica existente naquele mundo marcado paradoxalmente pela religião e pela lógica profissional. É essa experiência que relato a seguir.

Na recepção, me identifiquei à recepcionista e expressei meu desejo de fazer pesquisa nas emissoras. Ela disse que seria preciso que eu falasse com um radialista responsável pela programação, que não estava. Isso ocorreu algumas vezes na semana, até que o radialista disse para a recepcionista que era preciso ter uma autorização do diretor da emissora, pois “ele estava proibido de falar qualquer coisa sobre a rádio”, segundo o que ela me informou.

Isso se repetiu por alguns dias: ou o diretor não estava ou ele não poderia me atender. Até que, finalmente, de plantão na recepção, notei dois homens entrando no prédio, falando alto e sendo cumprimentados. Um deles era o diretor, que subiu as escadas, inacessíveis para mim. Pedi à recepcionista que ligasse para ele. Informou que o diretor não poderia me atender e que era para eu falar com o mesmo radialista que havia dito ser necessária a autorização do diretor. O radialista estava ocupado. Quando terminou, um funcionário da rádio veio me acompanhar até o estúdio, onde o radialista estava iniciando seu programa.

Fora do ar, me apresentei e ele perguntou em que poderia ajudar. Pouco depois, chegou ao estúdio o diretor, fazendo as mesmas perguntas já realizadas. Acompanhou um pouco mais o programa e foi embora. Em seguida, com o término do programa, fui encaminhada à sala do radialista que me explicou rapidamente o funcionamento da rádio: existiam os programas religiosos e os programas abertos. Os do primeiro tipo ocupavam 65% da programação; o restante era diversificado. Falou ainda que, como uma emissora religiosa, existia uma preocupação com os conteúdos transmitidos. Estes não deveriam ferir os valores morais pregados pela Igreja

a qual pertencia. Disse ainda que era uma rádio voltada para todas as classes sociais, com programas de gênero diversos: jornalístico com participação de ouvintes e enfoques de polícia; programas voltados para jovens e donas de casa, com sorteios de brindes e sertanejos para o público rural.

Com capacidade do transmissor de 10 quilowatts durante o dia, à noite a emissora reduzia sua capacidade em 50%. Do ponto de vista administrativo, fazia-se um rodízio na diretoria das emissoras. O diretor era escolhido pela rede nacional da Igreja Universal do Reino de Deus. Além dele, naquele ano, as rádios contavam com cerca de 20 funcionários, entre radialistas e pessoal administrativo (tesouraria, recepção e departamento pessoal). Dos envolvidos diretamente nas atividades radiofônicas, uma parte era composta por radialistas, alguns deles já tendo trabalhado em outras emissoras, e outra parte era de pastores locais da Igreja, que comandavam alguns horários. Na programação estavam incluídos, ainda, programas realizados e retransmitidos pela rede nacional.

Embora as duas emissoras funcionassem no prédio, as referências eram feitas sempre à Cultura. Tudo se passava como se a FM Cidade não existisse. A explicação dada era que a emissora não possuía programação local, transmitindo via satélite programas produzidos no Rio de Janeiro em rede nacional, contando apenas com três funcionários: uma discotecária responsável por enviar para os órgãos fiscalizadores a programação musical da rádio, e dois funcionários que cuidavam do monitoramento do digi-rádio no estúdio, verificando se a transmissão estava sendo realizada com sucesso – em particular se o bloco comercial local estava sendo inserido no espaço correto da programação criada pela rede, operação feita para evitar uma sobreposição. Esses funcionários também costumavam fazer trabalhos de gravação para a rádio Cultura.

Em 2002, encontrei mudanças nas rádios Cultura/FM Cidade: obedecendo ao revezamento determinado pela rede nacional de comunicação da Igreja Universal, havia ocorrido uma troca de diretor. O antigo, membro da Igreja, que ocupava o posto em 2000, havia sido substituído por um pastor de prestígio dentro da estrutura hierárquica da Universal. Eu teria, então, que dar início a todo o processo de pedido de autorização para ter acesso ao recinto, às rotinas internas das emissoras e aos profissionais.

Como fizera da primeira vez, tentei inúmeras vezes entrar em contato com o novo diretor, sem conseguir. Dessa vez, porém, com relações pessoais de amizade mais estreitadas junto a alguns radialistas da Cultura/FM Cidade por conta deles trabalharem em outras emissoras, consegui entrar sem muitas dificuldades nas rádios. Meu acesso era permitido na condição de *visita particular* para esses funcionários. Desse modo, entrava como *amiga* dos radialistas e não como *pesquisadora*. Como amigos, eles eram responsáveis diretos por minha conduta no local de trabalho.

Depois de um tempo, já nem precisava mais me identificar. As portas passaram a ser abertas assim que chegava na frente das emissoras, pois tornei-me *conhecida*. Inicialmente, ficava horas conversando individualmente com cada um dos meus amigos. Depois, eles foram me apresentando aos demais profissionais não religiosos das emissoras. Parti, então, para acompanhar do estúdio as transmissões dos programas e realizar entrevistas gravadas, formais ou informais, com aqueles radialistas.

Toda vez que os entrevistava mais formalmente, eles costumavam me levar para uma sala aparentemente não ocupada, ou para o vazio estúdio de gravação no momento da entrevista, para conversarmos. A porta sempre ficava aberta, diferentemente das demais emissoras em que os profissionais preferiam dar seus depoimentos de portas fechadas para garantir tanto uma relativa privacidade, quanto para não afetar a qualidade da minha gravação.

Nas nossas conversas informais, pelos corredores das emissoras, chamavam a atenção dois fatos: os radialistas falavam comigo quase por sussurros e se comportavam como se estivessem sendo vigiados, olhando permanentemente para os lados, com sinais visíveis de desconforto. Sempre que estávamos pelos corredores conversando, a falta de movimentação costumeira dava lugar a um entra-e-sai e um vai-e-vem de funcionários que trabalhavam nas salas referentes à parte administrativa das rádios. A recepcionista estava sempre subindo e descendo as escadas nesses momentos.

Quando os passantes se aproximavam, meus interlocutores costumavam elogiar o trabalho na emissora, enfatizando isso, aumentando o tom da voz. Aliás, sempre que fazíamos as gravações nas salas de portas abertas, praticamente nenhum dos profissionais ouvido teceu qualquer tipo de crítica ou fez qualquer reclamação sobre a rádio, as condições de trabalho, a Igreja ou referente a qualquer outro assunto relacionado à atividade

radiofônica (carreira, amizades, etc.). Sempre falaram, no local, do *lado bom do rádio*.

Enquanto eu me comportava como uma *amiga*, uma *visita particular*, conversando individualmente com alguns dos radialistas, sem fazer gravações, falando sobre assuntos variados – portanto comportando-me de modo esperado – minha presença não parecia gerar nenhum incômodo ou desconfiança. Com o que foi percebido como uma mudança de atitude e de objetivo de visita, voltei a ser novamente uma *estranha* no local, que merecia ser vigiada de perto. Se antes a posição de *amiga* de dois ou três radialistas estava prevista no leque fornecido de opções por aquela rede de relações pessoais/profissionais/religiosas, sem ter um comportamento adequado a esse *status*, imediatamente minha identidade, minha presença e minhas intenções foram colocadas em cheque. Passei a não ter mais um lugar social previsto naquela rede de interações.

Como *amiga*, sob o rótulo de *visita particular*, a autorização individual dos meus amigos radialistas era suficiente e funcionava como uma credencial de entrada. Quando perdi esse *status*, sob os olhos dos funcionários administrativos *fiéis/obreiros* da Igreja, era necessária a autorização institucional, de alguém com maior poder de decisão, responsabilidade e influência naquela rede de relações formada por interações ao mesmo tempo profissionais e religiosas. Voltei a ser uma *estranha*, alguém *de fora*, alguém *sem referências* locais.

Apesar de ainda ter as portas físicas de acesso às emissoras abertas, o acesso às dimensões simbólicas das atividades e dos depoimentos tornou-se quase inviável: as pessoas passaram a alegar as mais diferentes razões para não conversarem comigo (*falta de tempo, dor de garganta, muito trabalho*) e pareciam ter receio de serem vistas em minha companhia, com exceção de dois ou três radialistas mais íntimos. Os depoimentos, por sugestão de alguns deles, passaram a ser marcados em locais fora da emissora, quase em sigilo.

Por outro lado, os radialistas que trabalhavam nas outras emissoras, visivelmente incomodados com a situação que eu estava vivenciando, passaram, em sentido inverso, a falar de coisas identificadas como o *lado ruim do rádio* e o clima de *paranóia* que atravessava o desenvolvimento das

atividades profissionais e as interações entre os funcionários nas rádios Cultura/FM Cidade.

### **Repórter da *Globo* disfarçada**

Minha situação estava tornando-se quase insustentável. Sem saber ao certo o que estava acontecendo e o que deveria fazer, continuei minhas idas às emissoras religiosas. Um dia, recém-chegada na Rádio Cultura/FM Cidade, uma amiga radialista me chamou no canto para dizer que deveria tentar falar com o diretor da emissora. Respondi que havia tentado várias vezes sem sucesso. Ela me disse que no dia anterior, assim que saí, os funcionários das emissoras haviam sido avisados pela recepcionista que a ordem era para que ninguém me fornecesse qualquer tipo de “informação interna”, que eu parecia ser “repórter da *Globo* disfarçada”.

Por informação interna, eles estavam entendendo dados sobre as emissoras, a rede nacional de telecomunicações ou a Igreja Universal. Desse modo, diante de perguntas sobre o número de funcionários da emissora, o organograma e a hierarquia das empresas radiofônicas, o número de emissoras de rádio ligadas ao grupo religioso, entre outras, elas sempre eram respondidas com: “não tenho essa informação, isso é com o diretor” ou “essa informação só pode ser obtida na rede, no Rio de Janeiro”.

Poucas semanas antes, um jornalístico da Rede Globo de Televisão havia apresentado uma reportagem investigativa denunciando uma série de irregularidades envolvendo membros e diretores da Igreja Universal do Reino de Deus. Isso só foi conhecido por mim por intermédio de uma amiga radialista, que atribuiu a esse fato a identificação e a circulação do boato pela emissora de que eu seria uma repórter disfarçada cujo objetivo era também encontrar irregularidades ali. Como eu era do Rio de Janeiro, segundo essa mesma amiga, quase todos os funcionários evangélicos com os quais eu não mantinha nenhuma relação acharam muito lógico que isso fosse realmente verdade, uma vez que para eles a Globo ficava naquela capital. Afinal, o que eu estaria então fazendo na emissora, ao gravar conversas justamente com aqueles que não eram da Igreja? Por que não os procurei?

Ao tomar conhecimento dessa rede informal de comunicação, das fofocas e dos boatos criados em torno da minha presença e da minha

identidade, ainda seguindo orientação dos meus amigos radialistas nas emissoras, parei temporariamente de ir ao local. Comentei com dois radialistas de outras emissoras que já haviam trabalhado na Cultura o ocorrido. Eles passaram a relatar os acontecimentos que envolveram suas saídas. Ambos identificaram como principal motivo a *perda de confiança* da diretoria da emissora em relação a eles, nascidas a partir de condutas que foram identificadas como *desobediência* a alguma norma estipulada para os funcionários. Em um dos casos, a demissão foi ocasionada pelo desrespeito a uma proibição de ligação dos telefones das rádios para fora de Ilhéus; no outro caso, pela não submissão completa às orientações sobre os conteúdos a serem veiculados.

Do mesmo modo como os radialistas expressaram o desejo de recuperar a *confiança* perdida para voltar a trabalhar na Cultura, também tinha esperanças de continuar o trabalho de pesquisa que, imaginava, ficaria incompleto, uma vez que a frase “no interior, fazer rádio é ficar entre a política e a Igreja”, com pequenas variações, havia sido repetida em inúmeras situações por diferentes radialistas.

## 25

### Operação credencial

Alertada sobre a necessidade urgente de mostrar minha credencial de pesquisa, minha amiga radialista passou o pequeno intervalo de tempo de minha ausência nas emissoras religiosas esquematizando uma operação calculada nos mínimos detalhes. Como o diretor costumava chegar à rádio por volta do meio-dia, era preciso que eu estivesse presente um pouco antes disso na recepção, por onde ele seria obrigado a passar. Havia, porém, dois obstáculos a serem superados: ela não poderia estar comigo até então, pois estaria trabalhando lá em cima e, por outro lado, eu também não conseguiria falar com o diretor diretamente sem a intermediação de alguém *de dentro*, que faria minha apresentação.

Foi planejada uma operação digna de filmes de ficção, com tempos e lugares de encontro previamente calculados. Segundo ela, o sucesso da operação dependeria da precisão dos movimentos. Dois minutos antes do meio-dia ela daria uma desculpa qualquer, e desceria as escadas, justo no instante em que o diretor estivesse chegando. Como eu já estaria lá, munida da credencial, ela faria as apresentações e eu mostraria o documento. Tudo

ocorreu exatamente como previsto. Ela nos apresentou falando em um tom um pouco mais alto do que o normal – segundo ela para a recepcionista ouvir que eu não era uma *repórter disfarçada*. O diretor leu compenetradamente o conteúdo do documento e disse que eu poderia fazer pesquisa no local. Enfatizou, antes de subir as escadas, que eu deveria estar sempre com aquele documento para *qualquer eventualidade*, porque *poderia aparecer algum fiscal do trabalho*, e eu teria que dar explicações sobre o que estava fazendo ali. O diretor informou à recepcionista que eu poderia fazer a pesquisa no local.

Depois disso, embora continuassem a me olhar de modo desconfiado, com o tempo, as movimentações nos corredores foram diminuindo e todos foram novamente se acostumando com minha presença. Os radialistas passaram a conversar de modo um pouco mais relaxado comigo e o fato de eu estar no estúdio já nem causava mais curiosidade, a ponto de ser até motivo de comentários no ar, ou ser apresentada aos entrevistados convidados de um programa jornalístico – dois secretários municipais – como *a pesquisadora do Rio de Janeiro que está estudando rádio no interior*.

Minha apresentação como *pesquisadora do Rio de Janeiro* era comum durante o início do meu trabalho de campo, significando, como explorado acima, o estabelecimento de uma relação formal, distanciada, entre eu e os radialistas. Com o tempo e o estreitamento de nossas relações, minha presença no estúdio deixou de virar notícia no ar. Na Cultura/FM Cidade o processo foi semelhante, embora não tenha ido tão longe nesse sentido: se no começo eu era a *amiga* de alguém (com uma posição definida naquela rede de relações), passando a ser depois alguém que não se conhecia e por isso mesmo em quem não se podia confiar (sem posição na rede), finalmente, com a autorização oficial do diretor, voltei a ter um lugar social de onde poderia interagir com aquela rede.

Ser reconhecida e tratada como *pesquisadora do Rio de Janeiro* passou a permitir que, mesmo sendo *de fora*, pudesse me relacionar de modo formal naquele ambiente com aquelas pessoas, e circular por aquele mundo sem que as pessoas se sentissem tão ameaçadas. A apresentação da credencial me inseriu, desse modo, em uma rede de relações legitimamente reconhecida, e aparentemente respeitada, como a do campo científico. Com a explicitação desse pertencimento<sup>2</sup>, minhas ações nos recintos das rádios Cultura/FM

Cidade passaram a ser entendidas como do domínio do trabalho de pesquisa.

Ao se realizar uma breve análise das relações entre as redes religiosas sustentadas pela Igreja Universal no município com as demais redes sociais, pode-se dizer que as interações interpessoais dos participantes dessas redes com os integrantes de redes ligadas ao campo científico são mais toleradas do que as mantidas com as redes relacionadas ao campo jornalístico não religioso. Como aponta Fonseca (1997a), uma das razões de aprovação dos fiéis às compras de emissoras e programas na TV e no rádio é justamente a possibilidade de apresentação das suas versões dos fatos e visões de mundo específicas.

Assim, nas emissoras religiosas, era preferível a presença de uma pesquisadora do que a de uma repórter, uma vez que, com profissionais do segundo tipo, haviam passado por experiências consideradas indesejáveis: as práticas, as crenças e os valores próprios ao mundo construído por eles haviam sido publicamente colocados sob suspeita.

## 27

### **Os radialistas não evangélicos e os pastores**

O cargo de locutor em uma rádio pode ser simplificada definido pela atribuição profissional de falar ao microfone, no ar, de modo regular, para divulgar conteúdos de naturezas distintas. Para ser reconhecido como tal, e para poder atuar profissionalmente, é preciso que tenha o DRT ou outro tipo de registro específico no Ministério do Trabalho, como o obtido pelo curso de Comunicação Social.

Nem todos os que falam regularmente ao microfone na rádio Cultura são chamados de locutores. Alguns dos profissionais no ar carregam essa denominação, mas os demais são classificados como *pastores*, mesmo que tenham o DRT. Locutores ou até mesmo radialistas, naquele contexto, são os profissionais que fazem um programa porque, independente da religião que tenham ou não tenham, fazem do rádio seu ofício, um fim em si mesmo. Os programas que fazem são denominados *abertos*. Os *pastores*, ao contrário, fazem da rádio uma atividade-meio para atingir a atividade-fim que é a pregação religiosa, o trabalho de evangelização e a edificação<sup>3</sup>. Fazem o que eles chamam de programa *religioso*. A transmissão de programas

*abertos* e de *religiosos* faz com que todos classifiquem a programação da Cultura como *mista*, embora seja uma emissora reconhecidamente religiosa.

A denominação diferenciada dos que falam ao microfone na Cultura somente pode ser entendida quando se percebe que as referências que servem como fonte de classificação das pessoas naquela emissora tanto remetem a um sistema de classificações específicas ao rádio como profissão ou ambiente de trabalho, quanto a um sistema construído por um novo modo de se praticar uma religião, incluindo-se aí, também, formas de classificações singulares. Assim, enquanto *locutor/radialista* remete a uma função formalmente desempenhada no universo do trabalho em rádio, *pastor* é um cargo previsto na hierarquia burocrático-religiosa da Igreja Universal do Reino de Deus.

A sobreposição desses dois sistemas de referências distintos é uma característica das emissoras religiosas que compõem o que Alencar (2001) identificou como as novas “religiões midiáticas”, ou seja, religiões que buscaram novos espaços de construção da fé. De acordo com o autor, por meio da mídia (eletrônica, como rádio e televisão, ou impressa, como jornais e outras publicações), essas religiões midiáticas procuram estabelecer novos conceitos e estratégias de salvação (resgate dos homens dos infernos carnis), formando novos pólos religiosos. Como aponta Fonseca (1997a; 1997b), a presença na mídia também acaba por direcionar a criação de estruturas nas igrejas e organizações evangélicas, criando um novo modelo de liderança religiosa, que se caracteriza pela eficiência, velocidade nas decisões e distância estabelecida para com os fiéis.

Sendo assim, embora coincidentes em muitos aspectos, os referenciais *profissionais do rádio* e os *religiosos da Igreja*, em outros aspectos, são distinguidos intencionalmente como pertencentes a um ou outro mundo. A interpretação de um radialista da Cultura revela essa distinção: mesmo que entre os *pastores* que fazem programas na rádio, uns possuam DRT e outros não, eles não são radialistas e não têm a obrigação de saber o que os radialistas profissionais precisam conhecer. Ele diz que *a Igreja cede um espaço para eles*. Diz ainda que os pastores são apresentadores de programas, *falam para o segmento deles* e são *independentes* da rádio. Ao contrário, os radialistas são funcionários da emissora e têm a obrigação de *falar para todos*. Dependem *da* rádio, dependem *do* rádio. É isso que os faz serem

socialmente identificados como radialistas. Os *pastores*, diferentemente, continuarão sendo *pastores* mesmo que não façam rádio.

A diferenciação de pertencimento atinge não somente os radialistas, mas também aqueles que na emissora ocupam cargos administrativos, inclusive a diretoria da rádio. O diretor que ocupava o cargo em 2000 era tratado por *diretor, Seu Derli*. Já em 2002, o diretor antes ocupava uma função prevista na hierarquia da *Igreja*. Era pastor. Todos só se referiam a ele como *Pastor Pedro*.

Ser identificado como pertencendo a um ou outro mundo significa mais do que uma explicitação de diferenças de pertencimento a dois conjuntos autônomos (rádio e Igreja), cuja interseção ocorre naquelas emissoras religiosas. Significa explicitar ainda, além dessa diferença de ordem, uma diferença de grau. Isso porque, por si só, pertencer à *Igreja* na rádio confere prestígio e poder em relação aos que não pertencem àquele grupo religioso, instaurando uma assimetria entre cargos que do ponto de vista burocrático são equivalentes. Assim, um radialista membro da *Igreja* tem mais poder e prestígio junto à direção do que um que não seja.

A atribuição de maior ou menor prestígio e poder serve de medida para uma percepção interna dos diversos profissionais na emissora sobre o nível de confiança que a diretoria e o próprio grupo religioso depositam em cada um deles. Desse modo, é o nível de confiança do grupo que determina o lugar que cada um ocupará naquela complexa rede de relações compostas por profissionais do rádio e membros da Igreja. Quanto mais *de dentro*, maior a confiança, maiores são os prestígios e poderes adquiridos naquela estrutura.

### **Alternativa: *ser do sindicato***

A adesão ao grupo religioso é sempre desejável nas emissoras religiosas. No entanto, embora os valores relacionados a esse universo sejam os predominantes, as emissoras pretendem arrebanhar cada vez mais fiéis. A intenção com a consolidação de empresas na área de comunicação é tanto atingir os evangélicos quanto os não evangélicos. Para os que estão à frente dessas empresas, o rádio é considerado mais eficiente que a televisão para alcançar esses objetivos (FONSECA, 1997b, p. 104-107).

Desse modo, as rádios seguem concomitantemente a função de manutenção dessa rede social de evangélicos e de atração de novos membros. Uma das estratégias para atingir esse público, que se pretende que seja de ouvintes da emissora e virtualmente de adeptos religiosos, é a transmissão de programas abertos, realizados por radialistas profissionais. Além das diferenças de objetivos, em que temos os programas religiosos para manter a comunicação com os evangélicos e os abertos para atrair novas adesões, os programas do primeiro tipo seguem a lógica da *pregação* e do segundo, o que poderia ser considerada uma lógica *comercial*.

Desde que a rede nacional de comunicação da Igreja Universal adquiriu a Cultura e a FM Cidade, os critérios de manutenção dos profissionais das antigas emissoras sob outras direções seguiram orientações distintas: ficaram os radialistas considerados de grande audiência e, por isso mesmo, capazes de atrair anunciantes; foram excluídos aqueles que não cumpriam essas exigências ou que não demonstravam algum tipo de manifestação de adesão aos valores e condutas religiosas do grupo.

Com o tempo, para os radialistas profissionais que ficaram, esses critérios pareceram não serem mais suficientes para a manutenção no emprego, sentindo-se ameaçados. Uns atribuem a escolha dessa opção pela entrada de algum diretor mais exigente quanto aos preceitos religiosos, enfocando que o motivo estava centrado na figura do diretor da vez. Outros, que dependeu de uma relação não tão boa no nível interpessoal, individual, do tipo o *diretor não vai com a minha cara*. Com isso, desenvolveram uma estratégia adicional: ser membro da diretoria do sindicato. A ocupação dessa função corresponde à garantia legal da impossibilidade de serem demitidos por outro motivo qualquer que não a “justa causa”.

Dos radialistas profissionais não-membros da Igreja naquelas emissoras em 2002, pelo menos seis faziam parte da diretoria do Sindicato dos Radialistas de Ilhéus.

### **Mundo do rádio e mundo da Igreja**

Ao se tratar as emissoras religiosas de Ilhéus como um espaço social onde é possível perceber a interseção entre os mundos profissional do rádio e religioso da Igreja, o meio mais fácil para se notar os pontos de contato é o acompanhamento de inúmeras práticas desenvolvidas cotidianamente no

prédio da emissora. Dos rituais diários aos valores que norteiam os comentários dos ouvintes sobre os profissionais que ali trabalham, todos parecem refletir essa fusão. Desse modo, a avaliação feita sobre um funcionário de uma das empresas de rádio nunca é resultado apenas de um julgamento profissional, tendo como foco a competência técnica para a ocupação do cargo, mas também de um julgamento moral em que as condutas dentro e fora do local de trabalho são avaliadas.

Nesse interstício no qual as atividades profissionais dos radialistas misturam-se a rituais e valores religiosos, uma prática comum é uma espécie de sessão numa sala onde os profissionais evangélicos – e mesmo alguns que não o são – realizam uma oração antes de iniciarem seus respectivos trabalhos. Embora eu nunca tenha presenciado, um radialista me descreveu como é esse ritual: um pastor faz uma oração, colocando as mãos energicamente sobre as cabeças dos presentes. Depois, todos vão para seus afazeres.

As normas religiosas costumam orientar as condutas e os discursos dos evangélicos dentro e fora das emissoras. Para eles, isso é algo comum, pois a religião seguida tende a ser preponderante sobre as demais relações que compõem sua vida social. Para os ouvintes evangélicos das emissoras, as condutas dos que trabalham no rádio devem estar de acordo com os ensinamentos da Igreja, pois apesar dos *pastores*, *obreiros* e outros membros exercerem funções específicas na rádio, fora de lá possuem outras obrigações em relação ao grupo religioso que são compartilhadas por todos os *fiéis*. Portanto, não causa surpresa a obediência a esses valores e essas normas de conduta.

Quando se trata de uma avaliação dos ouvintes evangélicos sobre os radialistas não evangélicos, a obediência a tais preceitos é bem vista por eles e pode servir de razão para a audição de um programa aberto. Do mesmo modo que ocorre internamente às emissoras, os ouvintes evangélicos também realizam uma diferenciação entre os *irmãos* e os demais. Quando um radialista não evangélico age como um, segundo uma certa concepção moral comum aos membros da *Igreja*, seu prestígio profissional é aumentado, pois cumpre a função de resolver “problemas cotidianos dos indivíduos e da coletividade” (FONSECA 1997b, p. 109-110).

A distinção entre radialistas/programas evangélicos e abertos não está limitada somente ao ambiente interno das emissoras. Essa segmentação é feita também pelo público ouvinte: de modo geral, os ouvintes evangélicos se dizem ouvintes da Rádio Cultura; os não evangélicos dizem que são fãs de alguns programas ou apresentadores em particular. Desse modo, os ouvintes evangélicos tendem a proclamar suas fidelidades de audiência à rádio, por ela ser evangélica. Os demais ouvintes expressam suas preferências obedecendo a critérios de segmentação e personalização: por gostar-se de um locutor ou de um programa em especial, independente do que pensam da emissora.

Diante disso, embora a razão de ser da emissora seja de caráter religioso, o aspecto comercial não é totalmente desprezado. Para que seja possível a existência de programas abertos, portanto sujeitos automaticamente à lógica comercial do negócio rádio, é preciso que sejam *rentáveis*, ou seja, tragam retorno financeiro para a empresa. Para serem rentáveis, precisam ter anunciantes e patrocinadores, que são atraídos, por sua vez, pela *boa audiência*, isto é, por contarem com um grande número de ouvintes. Estes, além de atraírem o interesse comercial, podem vir a tornar-se também ouvintes dos programas religiosos e, espera-se, convertidos àquela doutrina, passando da qualidade de *ouvinte* para a de *evangélico*.

Já os programas religiosos, comandados por pastores locais da Igreja, não possuem nenhum compromisso com a lógica comercial. São mensageiros de *palavras de salvação* para o público evangélico de ouvintes. Servem para ajudar à manutenção dos vínculos estabelecidos em outras cerimônias e rituais do grupo religioso – como os *cultos* – e para reafirmar as crenças, os valores e as expectativas compartilhadas, fortalecendo o sentimento de pertencimento àquela rede religiosa. Os programas religiosos podem servir ainda como atrativos para ouvintes da rádio que são encarados como adeptos religiosos potenciais.

Desse modo, na Cultura assiste-se a uma convivência – nem sempre pacífica – do que poderia ser chamado de mundo da Igreja com o mundo do rádio, ou a existência paralela de uma lógica religiosa com uma lógica comercial. A obediência a um ou a outro sistema de referências depende do *status* de cada um dos membros na emissora e/ou na Igreja. Independente, porém, do grupo de referência principal (profissional ou religioso), a

interseção entre ambos exige que todos se submetam ao que o radialista definiu como a *linha ética da emissora*. Nesta, condutas profissionais no desenvolvimento das atividades na rádio estão diretamente relacionadas a condutas particulares fora da emissora. Sendo assim, mesmo para aquele pequeno grupo de radialistas que deve obedecer às exigências comerciais, suas condutas morais são avaliadas<sup>4</sup> e afetam diretamente a posição que ocupam naquela rede de relações que é composta por dois grandes grupos antagônicos que ora reforçam uma distância social entre si, ora aproximam-se quando submissos igualmente aos mesmos constrangimentos ético-profissionais.

### Considerações finais

Assim que entram para trabalhar na Rádio Cultura, os profissionais que desenvolvem atividades diretamente ligadas ao rádio são logo informados de algumas normas que devem ser seguidas incondicionalmente: não se toca música com conteúdo erótico ou ambíguo, não se faz nenhum tipo de citação religiosa de outra orientação, não se critica a religião do grupo, não se faz nenhum tipo de comentário ou comercial de incentivo ao tabagismo ou bebidas alcoólicas. A esse conjunto de regras os funcionários evangélicos e não evangélicos da Cultura chamam de *linha ética da emissora*.

Esses limites comunicados aos que desenvolvem atividades naquela rádio são os mesmos que orientam os membros da Igreja em suas vidas particulares: não devem fumar nem ingerir bebidas alcoólicas, deve-se ser fiel à família (marido/mulher e filhos) – esta destituída de qualquer conteúdo erótico – e à Igreja. Tais condutas e valores devem ser respeitados, pois de certa forma é a obediência a essas orientações que permite ao grupo religioso perceber que foram legitimamente convertidos à condição de *evangélicos* em busca da “salvação” diante dos “infernos carnis”. (ALENCAR, 2001)

Nas emissoras, as condutas fora da rádio são amplamente comentadas dentro delas. Por meio de uma rede de comunicação informal construída basicamente através de fofocas e intrigas, as reputações e honras pessoais passam por processos de degradação moral que criam também degradação profissional nas rádios, podendo ocasionar, por exemplo, uma demissão. O clima *paranóico*, definido por muitos dos funcionários, e as estratégias defensivas de utilização de silêncios e sussurros sobre determinados assuntos

são construídos em grande medida pelo medo compartilhado de terem seus nomes circulando por essa rede de *difamação*.

Nas emissoras, o medo é sempre que a fofoca ou intriga chegue aos ouvidos do então pastor/diretor<sup>5</sup>. Ocupando posições de destaque em ambos os grupos de referência, o profissional e o religioso, detentor de poder para aplicar algum tipo de punição e de tomada de decisão quanto aos destinos (profissionais ou religiosos) dos envolvidos, ele era sempre considerado aquele em cujos ouvidos tais informações deveriam ser evitadas a qualquer custo.

Por outro lado, alguns funcionários, em particular membros da Igreja, eram considerados *os olhos e ouvidos* do pastor/diretor. Esses eram os mais temidos e com quem se procurava ter mais cuidado com os comentários realizados. Qualquer deslize ouvido ou visto por eles, qualquer implicância pessoal que tivessem ou desavença, o acontecimento dava origem à fofoca ou intriga junto ao pastor/diretor. A eles era conferida uma grande parcela de autonomia para julgar condutas que mereciam ou não ser conhecidas pelas instâncias superiores da hierarquia da rádio/Igreja e, por isso mesmo, a eles eram delegados um poder específico e valorizado na rede: o poder qualificado de informar.

A qualificação daqueles funcionários/membros era dada pelo pertencimento simultâneo àquela rede religiosa e à rede de relações profissionais nas emissoras, e à demonstração de fidelidade pessoal ao pastor/diretor e à Igreja. Por intermédio de uma série de condutas individuais em suas vidas particulares e profissionais, esses sujeitos tornavam-se, assim, detentores de um importante capital simbólico: a confiança dos poderosos daquelas redes de relações.

Entre os integrantes dessa rede social, o princípio da confiança é que organiza o cotidiano do grupo. Nele, por um lado, a confiança confere poder, e, por outro, o indivíduo é o responsável único pelo depósito ou não de confiança do grupo sobre si. Sendo assim, aproxima-se de um mecanismo semelhante ao que ocorre com os Piaroa, no qual a confiança pertence ao domínio da intimidade, da proximidade construindo laços entre seus membros (OVERING, 1999, p. 82).

Nesse sentido, então, confiança relaciona-se a um tipo de socialidade baseada na “domesticação” do poder,

[...] personalizando-o e atribuindo ao ator individual, e não ao grupo, a responsabilidade por essa domesticação. Conseqüentemente, o poder converte-se em uma questão de confiança – ou desconfiança – pessoal. Dessa maneira, a vida comunitária passa a apoiar-se fortemente na criação de relacionamentos individuais de confiança. (OVERING, 1999, p. 99)

## Referências bibliográficas

ALENCAR, Marcos Antônio Gonçalves. *Deus e o diabo em tempos de mídia: a salvação como produto televisivo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação/ECO/UFRJ, 2001.

FONSECA, Alexandre Brasil. *Evangélicos e mídia no Brasil*. Dissertação de mestrado, Mestrado em Antropologia e Sociologia/ UFRJ, 1997a.

\_\_\_\_\_. Além da evangelização: interpretações a respeito da presença das igrejas evangélicas na mídia brasileira. In: *Comunicação & Política*, IV(2), nova série, p. 81-116, 1997b.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

NOGUEIRA, Silvia Garcia. “Entre a religião e a política”: *fazendo rádio em uma cidade do sul da Bahia*. In: *Estudos em jornalismo e mídia* 1(1), p. 58-70, 2004.

\_\_\_\_\_. *Facetas do rádio. Uma etnografia das emissoras de Ilhéus (sul da Bahia)*. Tese de doutorado. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2005.

OVERING, Joanna. O elogio do cotidiano: a confiança e a arte da vida social em uma comunidade amazônica. In: *Mana. Estudos de antropologia social* 5(1), p. 81-108, 1999.

---

## Notas

<sup>1</sup>Este artigo é uma versão resumida e ligeiramente modificada do capítulo 4 da minha tese de doutorado intitulada *Facetas do rádio: uma etnografia das emissoras de Ilhéus (sul da Bahia)* defendida em 2005, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao longo deste artigo, como é de praxe na pesquisa antropológica, eventualmente os nomes citados podem ser fictícios para garantir o anonimato dos informantes, e as expressões em itálico correspondem a termos ou expressões nativas.

<sup>2</sup> Do ponto de vista daquele grupo, pior do que *ser de fora*, é ser de lugar algum, é não se conhecer a rede social de referência.

---

<sup>3</sup> Fonseca (1997b, p. 90) define assim esses termos: “a evangelização, prática central nas igrejas evangélicas, se apresenta como um conceito claro e a edificação fica no limite entre a idéia de algo relacionado ao ensino, estudo ou alguma coisa relacionada ao enlevo espiritual”. A primeira, destinada ao público externo, a segunda aos evangélicos. Segundo esse autor, na Universal o objetivo de evangelização foi apontado como sendo o principal por 97% dos entrevistados (p. 91).

<sup>4</sup> Até 2000, funcionou em Ilhéus outra rádio evangélica – a Novo Tempo –, ligada à Igreja Adventista. Nela essa questão era colocada sob o discurso do *respeito*.

<sup>5</sup> Alguns radialistas me contaram que quando o diretor da emissora não é um pastor, a tendência é que as condutas fora do trabalho não importem tanto quanto nas ocasiões em que é. Isso não significa, contudo, que as fofocas e intrigas realizadas junto a ele não sejam tão temidas quanto o são com um diretor/pastor, já que nas rádios, *ele é quem manda*, com a autorização da Igreja.